



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230315TP00002

LICITAÇÃO Nº. 00002/2023

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PRAÇA FREI DAMIÃO, S/N - CENTRO - JERICÓ - PB.

CEP: 58000-000 - E-mail: licitajerico@yahoo.com.br - Tel.: (083) 34351089.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.931.495/0001-84, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, as 08:30 horas do dia 03 de Abril de 2023 no endereço acima indicado, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 00002/2023, tipo menor preço, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017/2022, de 03 de Junho de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sítio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital.

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sítio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital.

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda da Escola Municipal do Alto Alegre, dando mais entretenimento e lazer aos alunos e comunidade em geral, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas no Art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, por não enquadrar-se nas hipóteses dos incisos I e III, do Art. 48, como também, não ser oportuno aplicar a exigência facultada no inciso II, do mesmo artigo, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas no inciso III, do Art. 49, todos do referido diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção I, da Lei nº. 123/06.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues à Comissão até as 08:30 horas do dia 03 de Abril de 2023, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas. E-mail: licitajerico@yahoo.com.br.

2.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste certame por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, devendo protocolar o pedido, por escrito e dirigida a Comissão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

2.4. Caberá à Comissão, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, considerados da data em que foi devidamente recebido o pedido.

2.5. Decairá do direito de impugnar os termos do ato convocatório deste certame perante a administração o licitante que não o fizer, por escrito e dirigida a Comissão, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.6. A respectiva impugnação será apresentada da seguinte forma:

2.6.1. Protocolizando o original, nos horários de expediente acima indicados, exclusivamente no seguinte endereço: Praça Frei Damião, S/N - Centro – Jericó - PB.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE RENÚNCIA;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO.

3.2. A obtenção do Edital poderá ser feita da seguinte forma:

3.2.1. Junto a Comissão: gratuitamente; e

3.2.2. Pelos sites: www.jerico.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017/2022, de 03 de Junho de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 12 (doze) meses.

5.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

20.60 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

12.368.0008.1013 CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR

500 – Recursos Ordinários

4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES

540 – Transferências do FUNDEB – Imposto e Transferências de Impostos

4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame, os licitantes devidamente cadastrados no Núcleo de Cadastro de Fornecedores da Secretária de Administração, sediado nesta cidade; ou que atenderem a todas as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, cuja regularidade será observada, em qualquer das hipóteses, exclusivamente mediante apresentação do Registro de Fornecedores, ou equivalente na forma da lei, emitido pelo referido órgão, em plena validade:

6.1.1. Ao requerer inscrição no referido cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências dos Incisos I e IV, do Art. 27, da Lei 8.666/93.

6.2. Os proponentes deverão entregar a Comissão, no prazo determinado, dois envelopes fechados indicando, respectivamente, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente identificados nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.3.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.4.Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.5.Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Documentação e Proposta de Preços via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Presidente da Comissão - Genebaldo de Oliveira Formiga. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.6.Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto a Comissão, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, é facultado ao licitante, não sendo condição para sua habilitação, a inclusão no envelope Documentação, da declaração expressa de renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo correspondente relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame, previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, conforme modelo - Anexo III.

6.7.É vedada à participação em consórcio.

6.8.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão os elementos do envelope DOCUMENTAÇÃO:

6.8.1.Comprovação de garantia, que deverá ser prestada até o último dia útil que anteceder a licitação, no valor equivalente a R\$ 3.570,92. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; b) seguro garantia; c) fiança bancária. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, deverá ser repassada ao Setor Financeiro do ORC ou outro informado pela Comissão, o qual emitirá o respectivo documento de quitação, que deverá integrar o envelope Documentação, válido até o seu resgate que somente poderá ocorrer cinco dias úteis após a homologação da presente licitação; e quando nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, a respectiva apólice ou equivalente deverá integrar o envelope Documentação.

6.8.2.Comprovação de que o licitante tem pleno conhecimento das condições relativas a natureza da obra ou serviços a serem executados, feita através de declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Tomada de Preços nº 00002/2023, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Jericó - PB" ◀. **Deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.**

6.8.2.1.No caso do licitante desejar realizar uma visita ao local da obra ou serviços com o acompanhamento de um responsável do ORC, deverá comunicar previamente a Comissão com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida visita, necessária para que seja feito o agendamento junto ao setor competente do órgão.

6.8.3.Comprovação de capacidade técnico-profissional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em nome do Responsável Técnico** designado pelo licitante, devidamente registrado junto a entidade profissional competente, demonstrando a execução de serviços com características semelhantes à parcela mais relevante do objeto da presente licitação, abaixo discriminada. O referido atestado só será aceito se acompanhado da correspondente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho regional de fiscalização profissional competente e da comprovação de que o referido Responsável Técnico designado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

1. PISO DE CONCRETO FCK=15MPa ESP.= 6cm, ARMADO C/TELA DE AÇO (COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014

2. PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022.

6.8.4. Comprovação de capacidade técnico-operacional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor da Empresa**, demonstrando aptidão do licitante por execução de serviços, em características semelhantes à parcela mais relevante do objeto da presente licitação, abaixo indicada. **Deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.** Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

1. PISO DE CONCRETO FCK=15MPa ESP.= 6cm, ARMADO C/TELA DE AÇO (COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014, **EM QUANTIDADES IGUAIS OU SUPERIOR A 321,60 M²**

2. PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022, **EM QUANTIDADES IGUAIS OU SUPERIOR A 298,40 M²**

7.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto a Comissão, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Na hipótese de procuração seja particular **deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.**

7.2.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser entregues a Comissão - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou membro da Comissão:

7.3.1. A autenticação dos documentos, quando realizada pela Comissão, deverá acontecer, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do certame.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará sumariamente o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a Comissão receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.6.Quando os envelopes Documentação e Proposta de Preços forem enviados via postal, a declaração indicada no item 7.5.1 deverá ser apresentada dentro do envelope Documentação.

8.0.DA HABILITAÇÃO

8.1.Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
DOCUMENTAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00002/2023
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

8.2.PESSOA JURÍDICA:

8.2.1.Comprovação de cadastramento nos termos do item 6.1 deste instrumento.

8.2.2.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

8.2.3.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede do licitante.

8.2.4.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual. Estas exigências não se aplicam ao licitante que, quando da etapa de credenciamento no certame, já tenha apresentado de forma regular nos termos do presente instrumento convocatório, a referida documentação solicitada neste subitem.

8.2.5.Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balanço de Abertura assinado por profissional habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente.

8.2.6.Regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.2.7.Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

8.2.8.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecida pela Caixa Econômica Federal.

8.2.9.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.10.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal – Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo – Anexo II.

8.2.11.Termo de Renúncia, caso o participante envie apenas seus envelopes, sem representante credenciado e desejar renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame licitatório, conforme modelo – Anexo III.

8.2.12.Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

8.2.13.Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos, quando for o caso, frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

8.2.14.Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- e. No caso de cooperativa:
- e.1. A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
- e.2. O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e.3. O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia que os aprovou;
- e.4. Os editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e.5. A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g. Cópias de CPF e RG dos sócios ou titulares da empresa.

8.3.Documentação específica:

8.3.1.Comprovação de prestação de garantia - item 6.8.1.

8.3.2.Comprovação de pleno conhecimento das condições da obra ou serviços - item 6.8.2.

8.3.3.Comprovação de capacidade técnico-profissional - item 6.8.3.

8.3.4.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.8.4.

8.3.5.Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerado microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa formalmente assinada pelo profissional da área contábil, devidamente habilitado, **devendo ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário**; b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada, apenas neste caso para comprovação do enquadramento na forma da legislação vigente, não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06:

8.3.5.1.A Comissão poderá promover diligência, na forma do Art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, destinada a esclarecer se o licitante é, de fato e de direito, considerado microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do referido índice não inabilitará o licitante.

8.5.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderá ser utilizada, a critério da Comissão, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante, quando for o caso.

8.6.A autenticação dos documentos, quando realizada pela Comissão, deverá acontecer, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do certame.

9.0.DA PROPOSTA

9.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
 PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00002/2023
 NOME DO PROPONENTE
 ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

9.2.Proposta elaborada em consonância com o respectivo projeto e as especificações constantes deste instrumento e seus elementos – Anexo I –, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, assinada por seu representante legal, contendo no correspondente item cotado: discriminação, quantidade e valores unitário e total expressos em algarismos, acompanhada de:

9.2.1.Planilha de quantitativos e preços;

9.2.2.Cronograma físico–financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

9.2.3.Composição de Custos Unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas – BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos encargos sociais.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicação em contrário está sujeita a correção observando–se os seguintes critérios:

9.3.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

9.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

9.4.A Planilha de quantitativos e preços, o Cronograma físico–financeiro e a Composição de Custos Unitários, deverão ser assinadas por Responsável Técnico da empresa. Propostas que apresentem o mesmo Responsável Técnico serão desclassificadas.

9.5.A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

9.6.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

9.7.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

9.8.No caso de alteração necessária da proposta feita pela Comissão, decorrente exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

9.9.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do ato convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da proposta.

9.10.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

9.11.Será desclassificada a proposta que deixar de atender as disposições deste instrumento.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Será declarado vencedor deste certame o licitante que, atendidas todas as exigências do presente instrumento, apresentar proposta com menor valor global no correspondente item cotado, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Presidente, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada à habilitação.

11.5.A Comissão receberá de cada representante os envelopes Documentação e Proposta de Preços, e rubricará juntamente com os participantes os fechos do segundo.

11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Documentação, rubricará o seu conteúdo e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas. Quaisquer impugnações levantadas deverão ser comunicadas a Comissão, que as consignará na Ata de reunião.

11.7.Prosseguindo os trabalhos, a Comissão analisará os documentos e as impugnações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, do resultado da Fase de Habilitação. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião, registrando-se na Ata, ou mediante publicação na imprensa oficial ou ainda emitindo aviso por escrito, observada, nestes casos, a devida antecedência necessária - não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.8.Ocorrendo à desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na Fase de Habilitação, conforme previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, na mesma sessão poderá haver a abertura dos envelopes Propostas, caso contrário será marcada nova data, com observância ao prazo recursal estabelecido na legislação pertinente.

11.9.O envelope Proposta de Preços, devidamente fechado e lacrado, será devolvido ao licitante inabilitado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

11.10.Encerrada a Fase de Habilitação e observados os ditames deste instrumento, a Comissão procederá então à abertura dos envelopes Proposta de Preços dos proponentes declarados habilitados, rubricará o seu conteúdo e facultará o exame da documentação neles contidas a todos os participantes, os quais poderão efetuar impugnações, devidamente consignadas na Ata de reunião, quando for o caso.

11.11.A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, declarando, em seguida, vencedor o licitante que, atendidas as exigências e considerados os critérios definidos neste instrumento, apresentar proposta mais vantajosa para o ORC.

11.12.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão e licitantes presentes.

11.13.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.13.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.13.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.13.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14.Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Documentação e Proposta de Preços que forem abertos, serão retidos pela Comissão e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Proposta de Preços, ainda lacrado, do licitante inabilitado que não for retirado por seu representante legal no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1.Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código:

12.1.1.Superior ao estimado pelo ORC, o item será desconsiderado; ou

12.1.2.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexecuibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, § 1º, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.

12.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

12.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, que representa o somatório total dos preços relacionados na respectiva planilha dos serviços a serem executados, referente ao correspondente item, está devidamente informado neste instrumento convocatório - Anexo I.

13.0.DOS RECURSOS

13.1.Dos atos decorrentes deste procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio da Comissão, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Praça Frei Damião, S/N - Centro – Jericó - PB.

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1.Concluído o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação e Adjudicação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2.A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DO CONTRATO

15.1.Após a homologação pela Autoridade Superior do ORC, o licitante vencedor será notificado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma.

15.2.Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

15.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

15.5.O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

15.6.A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.7.Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI especificada no orçamento base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido no certame, com vistas a garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo Contratado.

16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

16.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

17.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo ORC obedecerão, conforme o caso, à disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

18.0.DO PAGAMENTO

18.1.O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

18.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

18.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a

compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.0.DO REAJUSTAMENTO

19.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

19.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

20.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1.Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3.A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4.Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5.O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução da contratação, cientificando devidamente o Contratado.

20.6.Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.7.Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.8.As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação da Comissão, sendo facultada a mesma ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.9.Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Catolé do Rocha.

Jericó - PB, 16 de Março de 2023.

GENEBALDO DE OLIVEIRA FORMIGA
Presidente da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sitio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sitio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital	OBRA	1	357.092,51	357.092,51
TOTAL					357.092,51

3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6.Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1.Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código:

4.1.1.Superior ao estimado pelo ORC, o item será desconsiderado; ou

4.1.2.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexecuibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, § 1º, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.

4.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

4.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, que representa o somatório total dos preços relacionados na respectiva planilha dos serviços a serem executados, referente ao correspondente item, está acima indicado.

5.0.MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

Emanoel Vitor Alves da Silva
Secretário



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

PROPOSTA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sitio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sitio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital	OBRA	1		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 9.0:

CNPJ

_____ / _____ de _____ de _____

Responsável



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO II - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital da Tomada de Preços nº 00002/2023, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00002/2023 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00002/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços nº 00002/2023 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00002/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00002/2023 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00002/2023 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00002/2023 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Tomada de Preços nº 00002/2023 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Jericó antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

MODELOS DO TERMO DE RENÚNCIA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - TERMO DE RENÚNCIA ao recurso conforme previsto no Art. 43, Inciso III, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, declara, na forma do disposto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, aceitar o resultado divulgado pela Comissão, que analisou a documentação preliminar do processo em epigrafe, efetuada nos termos do respectivo instrumento convocatório, desistindo, assim, expressamente de qualquer interposição de recurso previsto na legislação vigente, bem como ao prazo correspondente e concordando, portanto, com o prosseguimento do certame. Declara ainda que, em havendo a ocorrência de qualquer igualdade de valores entre sua proposta e a dos demais licitantes e após observado o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, fica autorizado a realização do sorteio para definição da respectiva classificação, não sendo necessário a sua convocação para o correspondente ato público, conforme previsto no Art. 44, § 2º, do referido diploma legal.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
O TERMO DE RENÚNCIA DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

MINUTA DO CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230315TP00002

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Jericó - Praça Frei Damião, S/N - Centro - Jericó - PB, CNPJ nº 08.931.495/0001-84, neste ato representada pelo Prefeito Kadson Valberto Lopes Monteiro, Brasileiro, Casado, Servidor Público, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira da Silva, 130 - Jardim Horizonte - Jericó - PB, CPF nº 805.303.624-49, Carteira de Identidade nº 1.500.024 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Tomada de Preços nº 00002/2023, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017/2022, de 03 de Junho de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de quadra poliesportiva descoberta no sitio Alto Alegre, conforme planilha e anexo do Edital.

A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Tomada de Preços nº 00002/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
 20.60 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
 12.368.0008.1013 CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR
 500 – Recursos Ordinários
 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES
 540 – Transferências do FUNDEB – Imposto e Transferências de Impostos
 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução da obra efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução da obra contratada;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade da obra, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente a obra descrita na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Catolé do Rocha.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Jericó - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE ORÇAMENTO							
OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA		Data: DEZ 2022			BDI 20,67%		
ALTO ALEGRE, ZONA RURAL		Município: JERICÓ/PB			PREÇOS NÃO DESONERADOS		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	COD. SINAPI	QUANT	UNIT.	PARCIAL	TOTAL
1-	SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA 26	m ²	CUP	4,50	992,63	4.466,84	
1.2	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	m	99059	107,00	62,27	6.662,89	
							11.129,73
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA						
2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m ³	93358	16,90	82,44	1.393,24	
2.2	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m ³	96995	12,28	49,98	613,75	
2.3	ATERRO DE CAIXÃO DE EDIFICAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE AREIA, ADENSADA COM ÁGUA	m ³	CUP	186,00	221,80	41.254,80	
							43.261,79
3	FUNDAÇÕES						
3.1	CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - SAPATAS						
3.1.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017	m ³	96616	1,06	711,42	754,11	
3.1.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m ³	104487	3,56	2.891,71	10.294,49	
3.2	CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÕES - VIGAS BALDRAMES						
3.2.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_07/2016	m ²	95240	21,00	20,57	431,97	
3.2.2	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	CUP	11,97	544,67	6.519,70	
3.2.3	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m ³	104487	3,15	2.891,71	9.108,89	
							27.109,16
4	SUPERESTRUTURA (PILARES, VIGAS E LAJES)						
4.1	CONCRETO ARMADO PARA SUPERESTRUTURA - PILARES						
4.1.1	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m ³	104487	2,31	2.891,71	6.679,85	
4.2	CONCRETO ARMADO PARA SUPERESTRUTURA - VIGAS DE RESPALDO						
4.2.1	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m ³	104487	4,30	2.891,71	12.434,35	
							19.114,20



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE ORÇAMENTO							
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA	Data: DEZ 2022			BDI 20,67%		
ALTO ALEGRE, ZONA RURAL		Município: JERICÓ/PB			PREÇOS NÃO DESONERADOS		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	COD. SINAPI	QUANT	UNIT.	PARCIAL	TOTAL
5	PAREDES E PAINÉIS						
	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 9x19x19cm,						
5.1	1 VEZ (19 cm), ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), PREPARO MANUAL	m ²	cup	113,75	103,66	11.791,33	
							11.791,33
6	ESQUADRIAS						
6.1	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/ 2019	m ²	100701	3,78	765,13	2.892,19	
6.2	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO REVESTIDO DE PVC, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m ²	102363	164,40	222,12	36.516,53	
							39.408,72
7-	REVESTIMENTOS						
7.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	87879	110,97	4,49	498,26	
7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	87894	122,91	6,82	838,25	
7.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	87529	233,88	38,11	8.913,17	
							10.249,68
8-	PISO						
8.1	PISO DE CONCRETO FCK=15MPa ESP.= 6cm, ARMADO C/TELA DE AÇO (COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM	m ²	CUP	643,20	107,42	69.092,54	
8.2	ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	m ²	94438	23,20	47,11	1.092,95	
8.3	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	m ²	104162	596,80	101,86	60.790,05	
8.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	94992	76,50	100,10	7.657,65	
							138.633,19



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE ORÇAMENTO								
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA			Data:	DEZ 2022		BDI	20,67%
ALTO ALEGRE, ZONA RURAL			Município:			JERICÓ/PB		PREÇOS NÃO DESONERADOS
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	COD. SINAPI	QUANT	UNIT.	PARCIAL	TOTAL	
9-	PINTURA							
9.1	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	88485	233,88	3,13	732,04		
9.2	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA DEMÃO. AF_05/2017	m²	96130	233,88	21,44	5.014,39		
9.3	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	88489	233,88	14,12	3.302,39		
9.4	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_P	m²	100721	106,20	25,09	2.664,56		
9.5	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_P	m²	100761	106,20	49,11	5.215,48		
9.6	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/ 2018	m²	98557	52,50	56,32	2.956,80		
9.7	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 COM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	102506	243,94	10,58	2.580,89		
							22.466,55	
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
10.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 32A .AF_07/2020_P	unid	101512	1,00	2.735,87	2.735,87		
10.2	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 200 A 300 DAN, TIPO C-14	unid	5044	4,00	2.208,43	8.833,72		
10.3	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL DE 300 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	unid	100600	4,00	686,49	2.745,96		
10.4	CRUZETA EM CANTONEIRA DE FERRO GALVANIZADO PARA FIXAÇÃO DOS REFLETORES	unid	COMERCIO	4,00	301,68	1.206,72		
10.5	REFLETOR SLIM LED 100W DE POTENCIA, BRANCO FRIO, 6500k, AUTOVAOLTAGEM, MARCA G-LIGHT OU SIMILAR	unid	CUP	12,00	180,22	2.162,64		
10.6	QUADRO DE DISTRIBUICAO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 8 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO PADRÃO DIN, EXCLUSIVE	unid	CUP	1,00	163,68	163,68		
10.7	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	unid	93653	2,00	12,43	24,86		
10.8	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	unid	93657	1,00	15,65	15,65		
10.9	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	unid	97886	7,00	173,23	1.212,61		
10.10	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12 /2017	unid	96985	1,00	81,14	81,14		
10.11	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_ 02/2021	m³	93358	10,98	82,44	905,19		
10.12	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m³	96995	10,95	49,98	547,28		

PRAÇA FREI DAMIÃO, S/Nº-CENTRO - JERICÓ/PB
C.N.P.J.08.931.4995/0001-84



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE ORÇAMENTO							
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA			Data: DEZ 2022	BDI 20,67%		
ALTO ALEGRE, ZONA RURAL			Município: JERICÓ/PB			PREÇOS NÃO DESONERADOS	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	COD. SINAPI	QUANT	UNIT.	PARCIAL	TOTAL
10.13	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	m	CUP	68,65	20,04	1.375,75	
10.14	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	unid	91914	2,00	13,66	27,32	
10.15	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, ISOLADO, 6MM2, ANTI-CHAMA, 0,6/1kv, PARA DISTRIBUIÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	91931	163,30	11,31	1.846,92	
						23.885,31	
11	DIVERSOS						
11.1	Placa de inauguração em alumínio composto preto 60x80cm, esp=4mm, (ACM constit. de 02 chapas sólidas de alumínio c/ núcleo central em polietileno), c/ pintura coilcoating PVDF KYNAR 500, texto gravado a laser, acab em verniz autom., mold em alumínio	m²	11400/ORSE	1,00	3.039,87	3.039,87	
11.2	CONJUNTO PARA FUTSAL COM TRAVES OFICIAIS DE 3,00 X 2,00 M EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" COM POSTE OFICIAL PARA VOLEI EM AÇO GALVANIZADO	par	10069/ORSE	1,00	5.558,64	5.558,64	
11.3	D=3", C/ ESTICADOR E CATRACA	unid	02432/ORSE	1,00	1.159,46	1.159,46	
11.4	REDE PARA VOLEI PROFISSIONAL, EM NYLON E COM MEDIDOR DE ALTURA	unid	02429/ORSE	1,00	284,87	284,87	
						10.042,84	
TOTAL GERAL						357.092,50	

**VANISA
SOUSA
SILVA:88453
626472**

Assinado de forma digital por VANISA SOUSA
SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07 13:48:31 -03'00'

Vanisa Sousa Silva

VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
CRONOGRAMA FISICO - FINANCEIRO

CONSTRUÇÃO DE QUADRA DESCOBERTA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DAS OBRAS E SERVIÇOS (R\$)	PESO %	DIAS								
				30		60		90		120		
				%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	11.129,73	3,12%	100,00%	11.129,73	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	43.261,79	12,12%	2,82%	1.219,98	97,18%	42.041,81	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
3	FUNDAÇÕES	27.109,16	7,59%	100,00%	27.109,16	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
4	SUPERESTRUTURA (PILARES, VIGAS E LAJES)	19.114,20	5,35%	30,00%	5.734,26	70,00%	13.379,94	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
5	PAREDES E PAINÉIS	11.791,33	3,30%	0,00%	0,00	100,00%	11.791,33	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
6	ESQUADRIAS	39.408,72	11,04%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	60,00%	23.645,23	40,00%	15.763,49	
9	REVESTIMENTOS	10.249,68	2,87%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	80,00%	8.199,74	20,00%	2.049,94	
10	PISO	138.633,19	38,82%	0,00%	0,00	5,47%	7.583,24	46,54%	64.519,89	47,99%	66.530,07	
12	PINTURA	22.466,55	6,29%	0,00%	0,00	14,76%	3.316,06	0,00%	0,00	85,24%	19.150,49	
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	23.885,31	6,69%	0,00%	0,00	70,00%	16.719,72	30,00%	7.165,59	0,00%	0,00	
17	DIVERSOS	10.042,84	2,81%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	10.042,84	
TOTAL		SIMPLES	357.092,50	100,0%	12,66%	45.193,13	26,56%	94.832,10	28,99%	103.530,45	31,79%	113.536,83
		ACUMULADO			12,66%	45.193,13	39,21%	140.025,23	68,21%	243.555,68	100,00%	357.092,51

VANISA SOUSA
SILVA:8845362
6472

Assinado de forma digital por VANISA SOUSA
SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07 13:55:15 -03'00'

Vanisa Sousa Silva
VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE CUSTO UNITARIO (COMPOSIÇÃO DE PREÇO)

1.1									
00051/ORSE	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA								m2
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
I 4006/SINAPI	m3	0,1452	3.187,22		462,78				
C 88262/SINAPI	h	1,0000	21,62	21,62					
C 88316/SINAPI	h	2,0000	17,27	34,54					
I 05075/SINAPI	kg	0,1500	24,41		3,66				
I 4813/SINAPI	m2	1,0000	300,00		300,00				
				56,16	766,44				822,60
2.3									
00077/ORSE	ATERRO DE CAIXÃO DE EDIFICAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE AREIA, ADENSADA COM ÁGUA								m3
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
C 88316/SINAPI	h	3,0000	17,27	51,81					
I 00366/SINAPI	m3	1,2000	110,00		132,00				
				51,81	132,00				183,81
3.2.2									
739352/SINAPI	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL								m3
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
I 7271	unid	284,2000	0,70		198,94				
C 87373/SINAPI	M3	0,0726	657,01		47,70				
C 88316/SINAPI	H	6,0000	17,27	103,62					
C 88309/SINAPI	H	4,6000	21,98	101,11					
				204,73	246,64				451,37
5.1									
739352/SINAPI	Alvenaria em tijolo ceramico furado 9x19x19cm, 1 vez (espessura 19 cm), assentado em argamassa traco 1:4 (cimento e areia media nao peneirada), preparo manual, junta1 cm								M2
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
C 7271	unid	54,0000	0,70		37,80				
C 87373/SINAPI	M3	0,0138	657,01		9,07				
C 88316/SINAPI	H	1,1400	17,27	19,69					
C 88309/SINAPI	H	0,8800	21,98	19,34					
				39,03	46,87				85,90
8.1									
C1917 SEINFRA	PISO DE CONCRETO FCK=15MPa ESP.= 6cm, ARMADO C/TELA DE AÇO								m2
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
I 370	M3	0,0374	110,00		4,11				
I 6194	M	0,8000	10,11		8,09				
I 4729	M3	0,0801	120,27		9,63				
I 7156	M2	1,0000	34,28		34,28				
I 01379 (SINAPI)	KG	17,0000	0,70		11,90				
c 88245	H	0,0200	21,80	0,44	0,44				
C 88316 (SINAPI)	H	0,4400	17,27	7,60					
C 88309 (SINAPI)	H	0,5700	21,98	12,53					
				SUBTOTAL	20,57	68,45	0,00	TOTAL	89,02
10.5									
13148/ORSE	REFLETOR SLIM LED 100W DE POTENCIA, BRANCO FRIO, 6500k, AUTOVAOLTAGEM, MARCA G-LIGHT OU SIMILAR								m2
CODIGO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.			
C 88316/SINAPI	H	0,3000	17,27	5,18					
C 88264/SINAPI	H	0,5000	22,26	11,13					
I 13791/ORSE	UNID	1,0000	131,50		131,50				
I 01691/ORSE	UNID	2,0000	0,77		1,54				
				16,31	133,04				149,35



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

PLANILHA DE CUSTO UNITARIO (COMPOSIÇÃO DE PREÇO)

10.6	12222/ORSE	QUADRO DE DISTRIBUICAO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 8 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.	UND	
I	10386/ORSE	QUADRO DE DISTRIBUICAO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 8 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES	UNID	1,0000	79,31		79,31			
C	88264/SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,6000	22,26	35,62				
C	88316/SINAPI	SERVEENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	17,27	10,36				
C	88309/SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	21,98	8,79				
C	87296/SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3:12 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA)	M3	0,0040	389,81		1,56			
SUBTOTAL						54,77	80,87		TOTAL	135,64
10.13		ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO	UN	QUANT.	C. UNIT.	M. OBRA	MATERIAL	EQUIPAM.	UND	
I	2674	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	M	1,1000	5,16		5,68			
C	88264/SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	22,26	13,36				
C	88247 (SINAPI)	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	17,63	10,58				
SUBTOTAL						23,94	5,68	0,00	TOTAL	29,62

VANISA
SOUSA
SILVA:884536
26472

Assinado de forma
digital por VANISA
SOUSA
SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07
13:51:42 -03'00'

Vanisa Sousa Silva

VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS													
LEGENDA: C= comprimento - L= largura - H= altura - E= espessura - N= nº de elementos - A= área - P= peso específico													
ÍTEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS												
1.1	PLACA DE OBRA						C	L	H	A	N	SUBTOTAL	TOTAL(m²)
							3	1,5				4,5	
1.2	ÁREA DE LOCAÇÃO DA OBRA											Unidade:	m
	Locais:						C	L	H	E	N	SUBTOTAL	
	CONSIDERANDO UM RETÂNGULO IMAGINÁRIO QUE CERCA A CONSTRUÇÃO (acréscimo de 1,0m para cada lateral)						38,15	15,35					107,00
2.1	Escavação manual de valas em solo exceto rocha até 2,00 m											Unidade:	m3
	Locais						C	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL
	Sapatas (foi adicionado 20 cm para cada lado e a altura da escavação foi considerada a altura indicada sem a variação de +-35cm sapatas)						0,80	0,80	0,80		33,00	16,90	16,90
	Obs. Não será feito escavação para as vigas baldrames, pois as mesmas ficarão apoiadas no terreno natural												
2.2	REATERRO											Unidade:	m3
	Locais						V	L	H	A	N	SUBTOTAL	TOTAL
	IGUAL O VOLUME ESCAVADO MENOS A FUNDAÇÃO						16,90				1,00	16,9	12,28
	VOLUME DE ESCAVAÇÃO												
	VOLUME DE SAPATAS												-3,56
	LASTRO DE CONCRETO MAGRO												-1,06
2.3	VOLUME DE ATERRO DO CAIXÃO DE OBRA											Unidade:	m3
	Locais						C	L	H	A	N	SUBTOTAL	TOTAL
	CONSIDERANDO A ELEVÇÃO DOS BLOCOS EM RELAÇÃO AO TERRENO NATURAL DE 30 CM (RUA NÃO CALÇADA)						31,00	20,00	0,30	620,00	1,00	186,00	186,00
	quadra												
3.11	LASTRO DE CONCRETO MAGRO (PREPARO DE FUNDO DE VALA)											Unidade:	m3
	ÁREA DO FUNDO DAS SAPATAS (DIMENSÕES ACRESCIDAS EM 20 CM)											SUBTOTAL	TOTAL
	Locais						C	L	H	A	N		
	sapatas						0,80	0,80	0,05		33,00	1,06	1,06
3.1.2	ESTRUTURAS DE CONCRETO											Unidade:	m3
	CONCRETO SAPATAS												volume
	Locais						C	L	H		N		
	Sapatas						0,6	0,6	0,3		33,00	3,56	3,56
	CONCRETO FUNDAÇÃO SAPATAS												3,56
3.2.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO											Unidade:	m²
	ÁREA DO FUNDO DAS VB (DIMENSÕES ACRESCIDAS EM 20 CM)											SUBTOTAL	TOTAL
	Locais						C	L	H	A	N		
	SOMATÓRIO DA EXTENSÃO DE VB						105,00	0,20			1,00	21,00	
3.2.2	ALVENARIA DE EMBASAMENTO											Unidade:	m²
	ÁREA DO FUNDO DAS VB (DIMENSÕES ACRESCIDAS EM 20 CM)											SUBTOTAL	TOTAL
	Locais						C	L	H	A	N		
	SOMATÓRIO DA EXTENSÃO DE VB						105,00	0,60	0,19		1,00	11,97	
3.2.3	CONCRETO VIGAS BALDRAMES												3,15
	V1/V4						31,45	0,2	0,15		2,00	1,89	
	V2/V3						21,05	0,2	0,15		2,00	1,26	
4.1	CONCRETO PILARES												2,31
	PILARES(ALTURA 1,1 + ,4)						0,2	0,2	1,5		29,00	1,74	
	PILARES (ALTURA 3,5 + 0,40)						0,20	0,20	3,9		2,00	0,31	
	PILARES (ALTURA 2,8+0,40)						0,2	0,2	3,2		2,00	0,26	
4.2	CONCRETO VIGAS												4,30
	V1/V2						31,45	0,2	0,2		2,00	2,52	
	V3/V4						9,3	0,2	0,2		2,00	0,74	
	V5						21,05	0,2	0,2		1,00	0,84	
	V6						2,4	0,2	0,2		1,00	0,10	
	V7						2,4	0,2	0,2		1,00	0,10	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS								
LEGENDA: C= comprimento - L= largura - H= altura - E= espessura - N= nº de elementos - A= área - P= peso específico								
ÍTEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS						Unidade	m²
5.0	PAREDES							
5.1	ALVENARIA DE ELEVAÇÃO						SUBTOTAL	TOTAL
		A	C	H	L	N		
	parede c/ 1,10m(Desconto de 5cm de acabamento)		31,45	0,8		2,00	50,32	113,75
			20,05	0,8		1,00	16,04	
			6,9	0,8		2,00	11,04	
	parede c/ 2,8		2,45	2,3		1,00	5,64	
	parede c/ 3,5		2,45	3		1,00	7,35	
			29	0,4		2,00	23,2	
			0,2	0,4		2,00	0,16	
6.1	PORTÃO						Unidade	m²
	PORTÃO DE ENTRADA	A	C	H	L	N	SUBTOTAL	TOTAL
			1,4	2,7		1,00	3,78	3,78
6.2	ALAMBRADO						Unidade	m²
	CONTORNO DA QUADRA	A	C	H	L	N	SUBTOTAL	TOTAL
			31,25	1,7		2,00	106,25	164,40
			20,25	1,7		1,00	34,43	
			6,975	1,7		2,00	23,72	
7.1	CHAPISCO INTERNO						SUBTOTAL	TOTAL(m²)
	PERÍMETRO INTERNO	A	C	H	E	N		
		31	31	1		2,00	62	110,97
		0,16	0,4	0,4		2,00	0,32	
		20	20	1		1,00	20	
		6,85	6,85	1		2,00	13,7	
		6,62	2,45	2,7		1,00	6,62	
		8,33	2,45	3,4		1,00	8,33	
7.2	CHAPISCO EXTERNO						SUBTOTAL	TOTAL(m²)
	PERÍMETRO EXTERNO	L	C	H	A	N		
		31,5		1,1		2,00	69,30	122,91
		20,5		1,1		1,00	22,55	
		7,1		1,1		2,00	15,62	
		2,45		2,8		1,00	6,86	
		2,45		3,5		1,00	8,58	
7.3	REBOCO EM PAREDE						SUBTOTAL	TOTAL(m²)
	ÁREA DE CHAPISCO INTERNO	A	C	H	E	N		
		110,97				1,00	110,97	233,88
	ÁREA DE CHAPISCO EXTERNO					1,00	122,91	
8.1	LASTRO DE CONCRETO						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	PISO INTERNO	A	C	H	E	N		
		620,00	31,00	20,00		1,00	620,00	643,20
		11,60	29	0,4		2,00	23,20	
8.2	REGULARIZAÇÃO						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	BANCO	A	C	H	E	N		
		11,60	29,00	0,40		2,00	23,20	23,20
8.3	PISO DE GRANILITE						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	PISO INTERNO	A	C	H	E	N		
		620,00	31,00	20,00		1,00	620,00	596,80
	MENOS BANCO	-11,60	29	0,4		2,00	-23,20	
8.4	PASSEIO						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	LATERAL	A	C	H	E	N		
		16,75	33,50	0,50		2,00	33,50	76,50
		10,75	21,5	0,5		1,00	10,75	
		32,25	21,5	1,5		1,00	32,25	
9.1	FUNDO SELADOR PAREDES						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	ÁREA DE REBOCO PAREDES	A	C	H	E	N		
		233,88				1,00	233,88	
9.2	MASSA ACRILICA EXTERNA						SUBTOTAL	TOTAL(m²)
	área de reboco	L	C	H	A	N		
							233,88	233,88
9.3	PINTURA PAREDE						SUBTOTAL	TOTAL(M2)
	REBOCO PAREDE	A	C	H	E	N		
		233,88				1,00	233,88	233,88



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS									
LEGENDA: C= comprimento - L= largura - H= altura - E= espessura - N= nº de elementos - A= área - P= peso específico									
ÍTEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	A	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL(M2)	
9.4	PINTURA EM ZARCÃO								
	ÁREA DE PORTÃO	3,78				2,00	7,56		
	ALAMBRADO X 30%	49,32				2,00	98,64	106,20	
9.5	TINTA ESMALTE	A	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL(M2)	
	ÁREA DE ZARCAO	106,20				1,00	106,20	106,20	
9.6	IMPERMEABILIZAÇÃO	A	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL(M)	
	VIGAS BALDRAMES	52,50	105,00	0,50		1,00	52,50	52,50	
9.7	DEMARCAÇÃO DA QUADRA	A	C	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL(M)	
			27,00			2,00	54,00	243,94	
			16,00			3,00	48,00		
			5,53			4,00	22,12		
			4,34			2,00	8,68		
			18,00			2,00	36,00		
			9,00			5,00	45,00		
			11,30			1,00	11,30		
		18,84			1,00	18,84			
10.1	ENTRADA DE ENERGIA						Unidade:	unid	
	Locais: CRECHE	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			1,00				1,00	1,00	
10.2	POSTE DE CONCRETO ARMADO 9M						Unidade:	unid	
	Locais: QUADRA	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			1,00				4,00	4,00	
10.3	CRUZETA PARA REFLETOR						Unidade:	unid	
	Locais: QUADRA	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			1,00				4,00	4,00	
10.4	REFLETOR DE LED DE 100W						Unidade:	unid	
	Locais: QUADRA	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			3,00				4,00	12,00	
10.5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO C/ BARRAMENTO MONOFÁSICO P/ 12 DISJUNTORES DIN						Unidade:	unid	
	Locais: QDILUM	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			1,00				1,00	1,00	
10.6	DISJUNTOR MONOF. 10A						Unidade:	unid	
	Locais: QD	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			2,00				1,00	2,00	
10.7	DISJUNTOR MONOF.32A						Unidade:	unid	
	Locais: QD	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			1,00				1,00	1,00	
10.8	CAIXAS DE INSPEÇÕES						Unidade:	UNID	
	Locais: EXTERNAS	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
			5,00				7,00	7,00	
10.9	HASTE DE ATERRAMENTO						Unidade:	UNID	
	Locais: CAIXA DE LIGAÇÃO CONCESSIONARIA	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
							1,00	1,00	
10.10	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021						Unidade:	M3	
	Locais:	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL	
	TRECHO 01			13,50	0,40	0,40	2,00	4,32	10,98
	TRECHO 02			9,50	0,40	0,40	2,00	3,04	
	TRECHO 03			9,15	0,40	0,40	1,00	1,46	
TRECHO 04			13,50	0,40	0,40	1,00	2,16		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS										
LEGENDA: C= comprimento - L= largura - H= altura - E= espessura - N= nº de elementos - A= área - P= peso específico										
ÍTEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS						Unidade:	M3		
10.11	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017						Unidade:	M3		
	Locais:	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL		
	volume escavado		10,98				10,98		10,95	
	MENOS VOLUME TUBULAÇÃO 25MM		0,03	68,65			-0,03			
10.12	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015						Unidade:	M		
	Locais:	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL		
	TRECHO 01			13,50			2,00	27,00	68,65	
	TRECHO 02			9,50			2,00	19,00		
	TRECHO 03			9,15			1,00	9,15		
	TRECHO 04			13,50			1,00	13,50		
10.13	CURVA ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015						Unidade:	UNID		
	Locais:	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL		
	QD		1,00				2,00	2,00	2,00	
10.14	CABO DE 6MM2						Unidade:	M		
	Locais:	Q	L	H	E	N	SUBTOTAL	TOTAL		
	TRECHO 01			13,5			2,00	27,00	163,30	
	TRECHO 02			9,5			2,00	19,00		
	TRECHO 03			9,15			2,00	18,30		
	TRECHO 04			13,50			2,00	27,00		
	SUBIDA POSTES			8			8,00	64,00		
	QD P/CX			2,00			4,00	8,00		

**VANISA SOUSA
SILVA:8845362
6472**

Assinado de forma
digital por VANISA
SOUSA
SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07
13:49:50 -03'00'

Vanisa Sousa Silva

VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Quadro de Composição do BDI

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%
SINAPI DATA BASE	nov/21
DESONERADO	não

BDI

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,00%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,60%
Lucro	L	7,00%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI	20,67%
BDI SEM desoneração	BDI NÃO DES	20,67%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

JERICÓ/PB

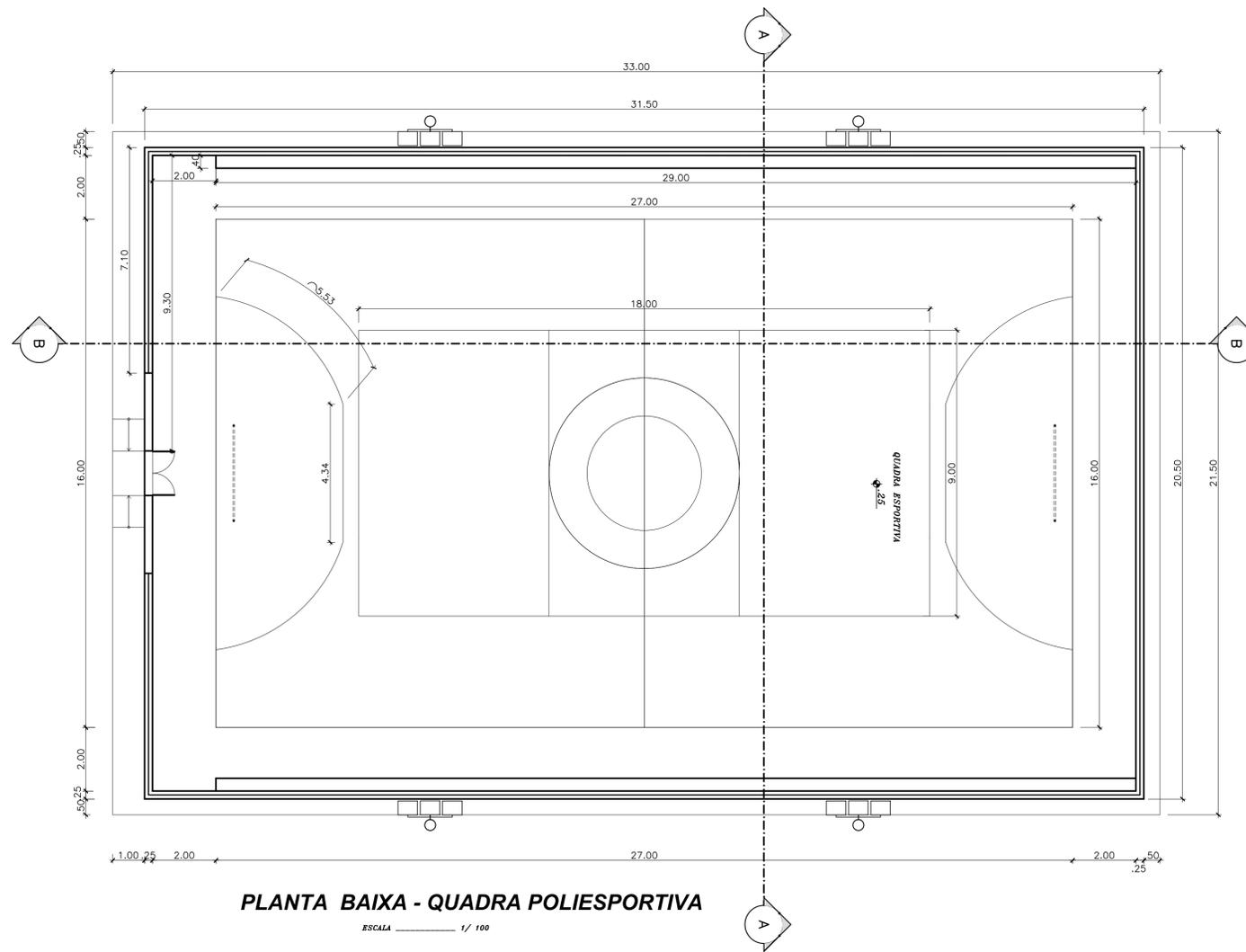
Local/Data

Vanisa Sousa Silva
Responsável Técnico

VANISA SOUSA
SILVA:88453626472

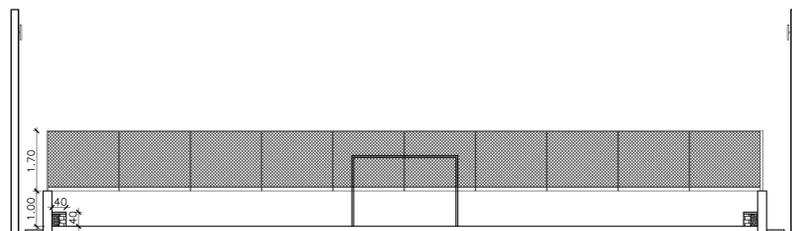
Assinado de forma digital por VANISA
SOUSA SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07 13:53:00 -03'00'

VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72



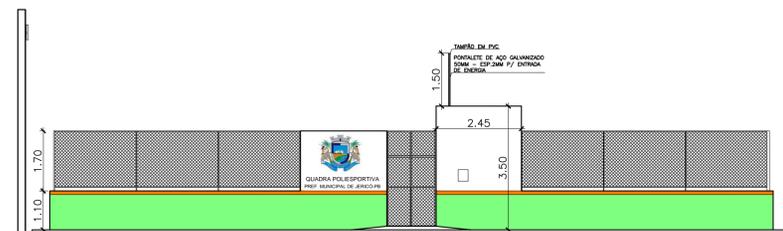
PLANTA BAIXA - QUADRA POLIESPORTIVA

ESCALA 1/100



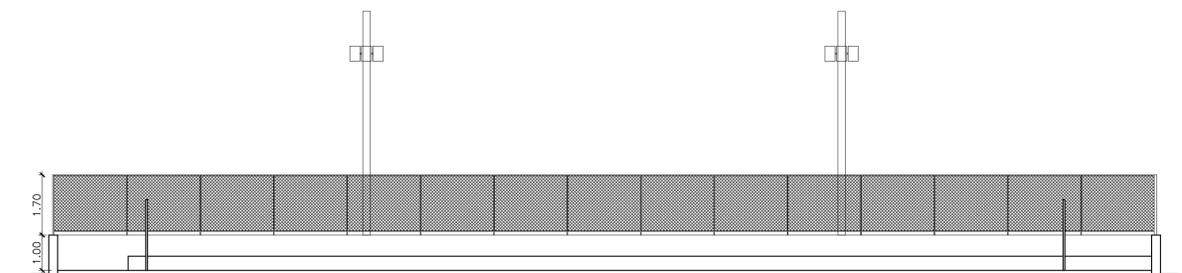
CORTE AA - QUADRA DE ESPORTE

ESCALA 1/100



FACHADA - QUADRA DE ESPORTE

ESCALA 1/100



CORTE BB - QUADRA DE ESPORTE

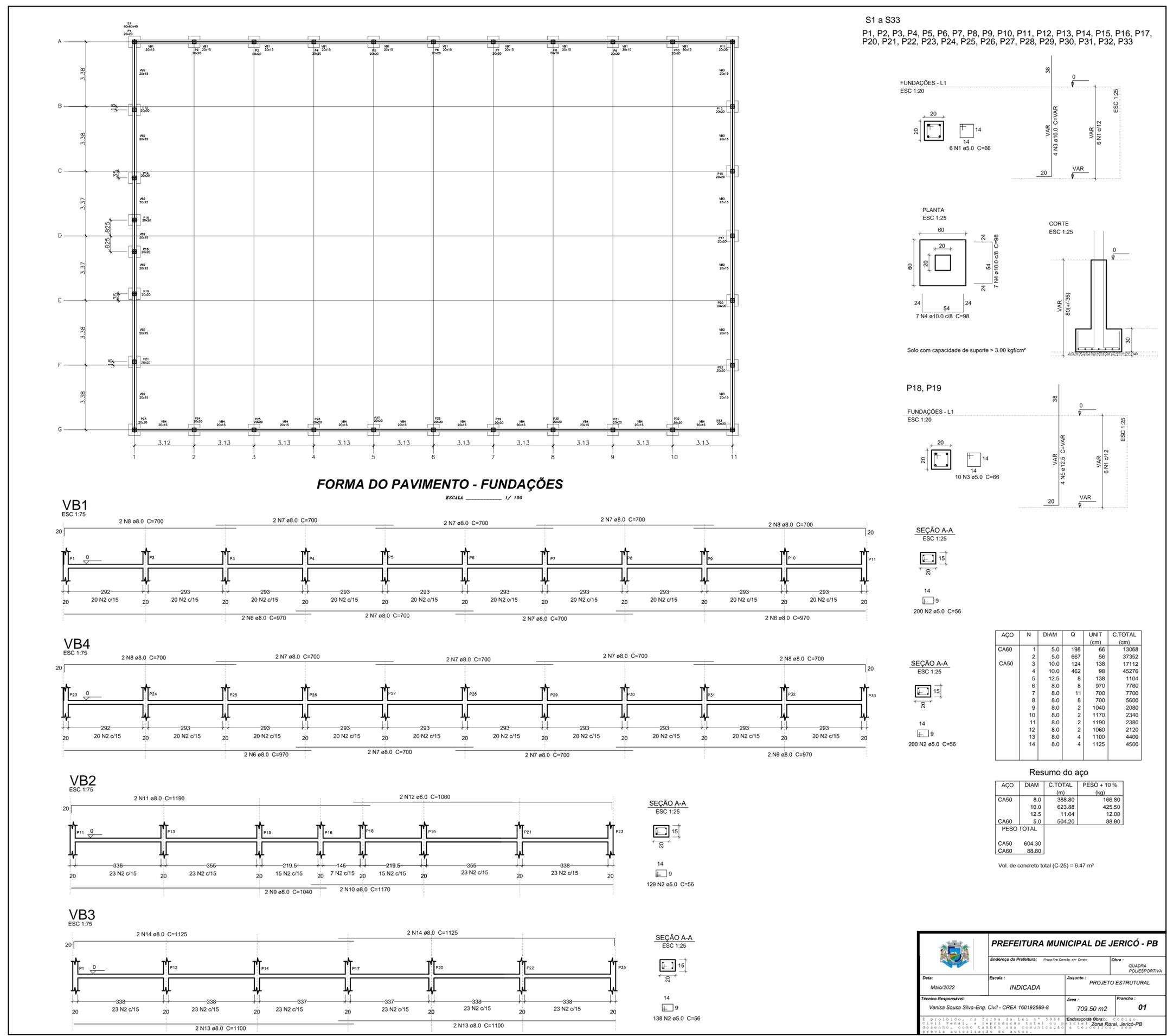
ESCALA 1/100

AUTOR DO PROJETO

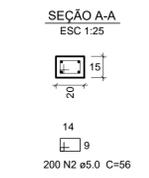
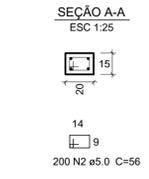
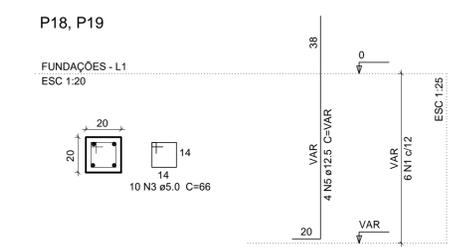
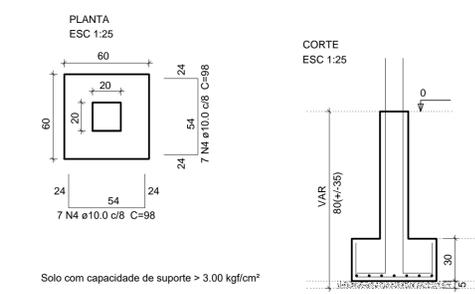
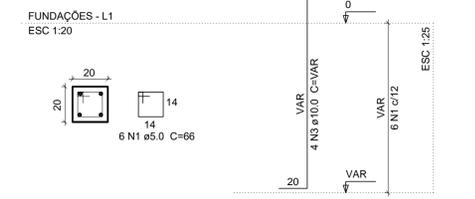
RESP. TÉCNICO

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ - PB			
Endereço da Prefeitura: Praça Frei Orlando, s/n - Centro		Obra: QUADRA POLIESPORTIVA	
Data: Maio/2022	Escala: 1/100	Assunto: PLANTA BAIXA, CORTE E FACHADA FRONTAL	
Técnico Responsável: Vanusa Sousa Silva-Eng. Civil - CREA 160192689-8		Área: 709,50 m2	Prancha: ÚNICA
É PROIBIDO, NA FORMA DA LEI Nº 5568/2008, A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, POR QUALQUER MEIO COMERCIAL, DESTA OBRA SEM A AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.		Endereço da Obra: Zona Rural, Jericó-PB	



S1 a S33
 P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P20, P21, P22, P23, P24, P25, P26, P27, P28, P29, P30, P31, P32, P33



ÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	198	66	13068
	2	5.0	667	56	37352
CA50	3	10.0	124	138	17112
	4	10.0	462	98	45276
	5	12.5	8	138	1104
	6	8.0	8	970	7760
	7	8.0	11	700	7700
	8	8.0	8	700	5600
	9	8.0	2	1040	2080
	10	8.0	2	1170	2340
	11	8.0	2	1190	2380
	12	8.0	2	1060	2120
	13	8.0	4	1100	4400
	14	8.0	4	1125	4500

Resumo do aço

ÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA50	8.0	388.80	166.80
	10.0	623.88	425.50
	12.5	11.04	12.00
CA60	5.0	504.20	88.80
PESO TOTAL			
CA50		604.30	
CA60		88.80	

Vol. de concreto total (C-25) = 6.47 m³

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ - PB

Endereço da Prefeitura: Praça Frei Damião, s/n - Centro

Obra: QUADRA POLIESPORTIVA

Data: Maio/2022

Escala: INDICADA

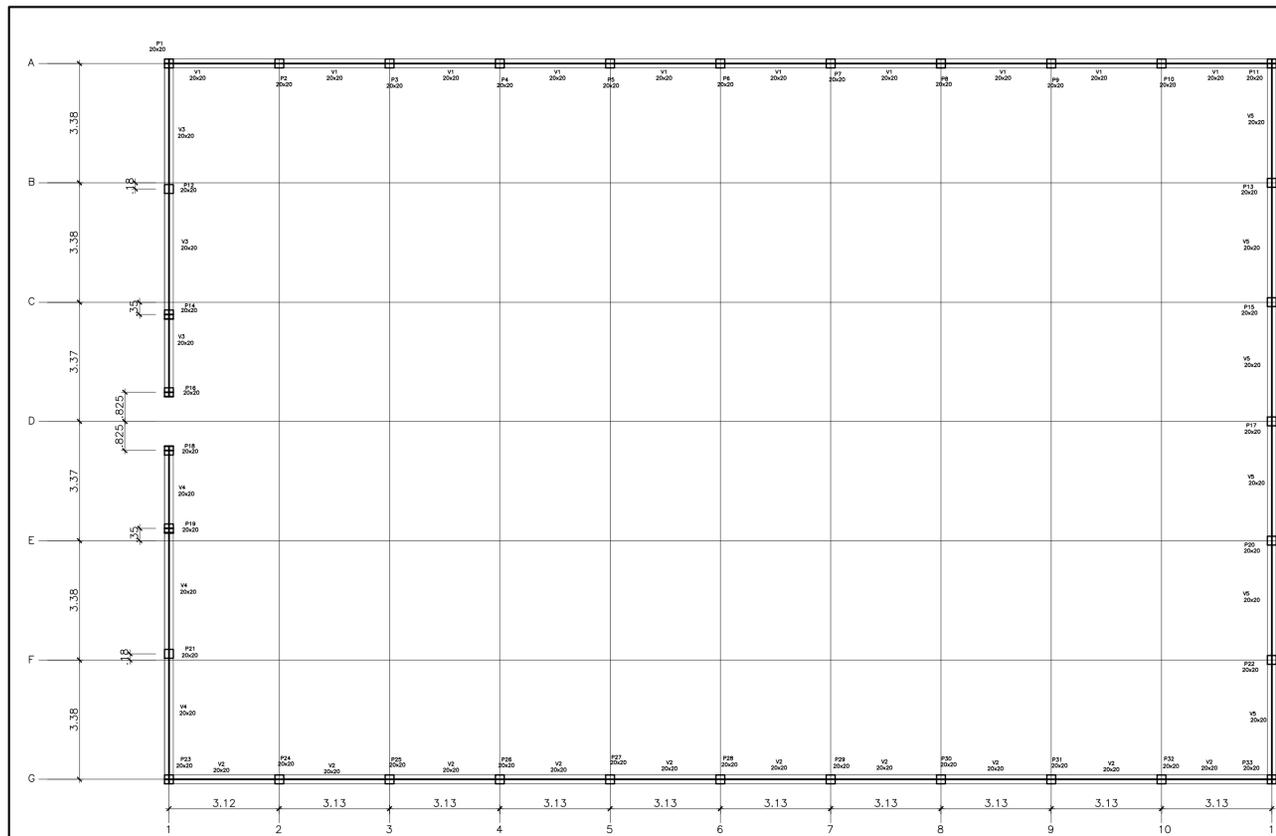
Assunto: PROJETO ESTRUTURAL

Técnico Responsável: Vanisa Sousa Silva - Eng. Civil - CREA 160192689-8

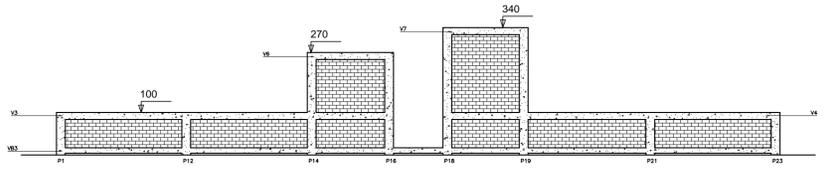
Área: 709.50 m²

Preço: 01

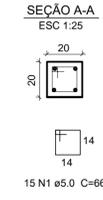
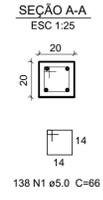
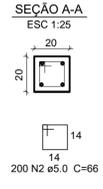
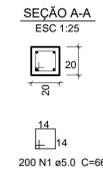
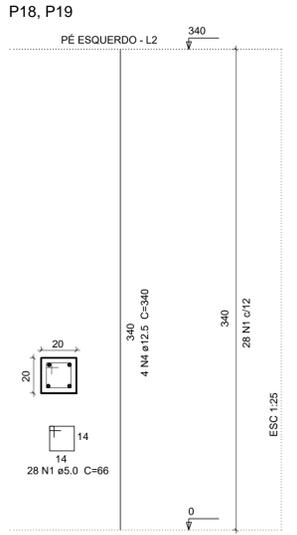
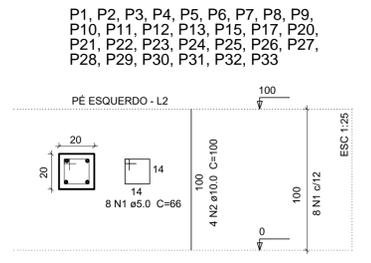
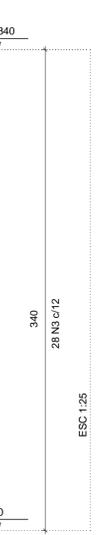
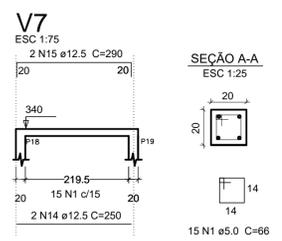
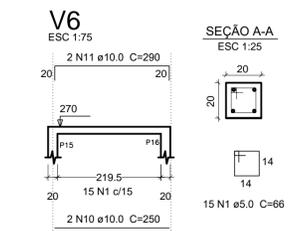
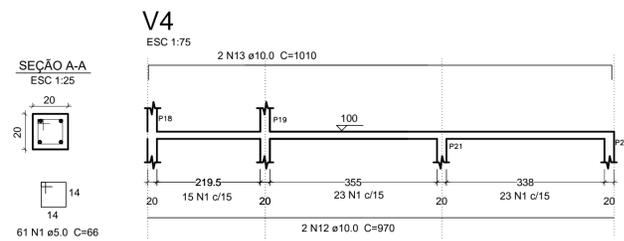
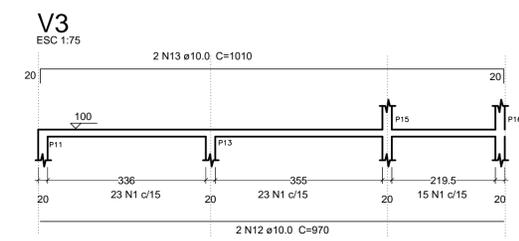
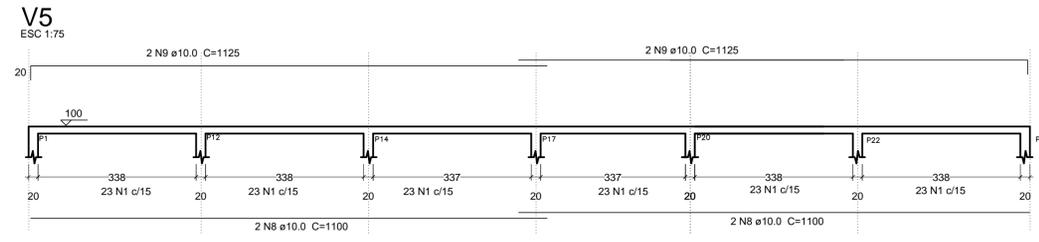
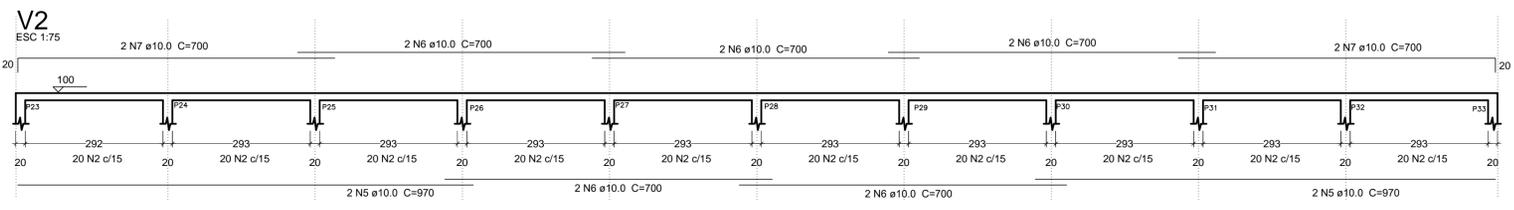
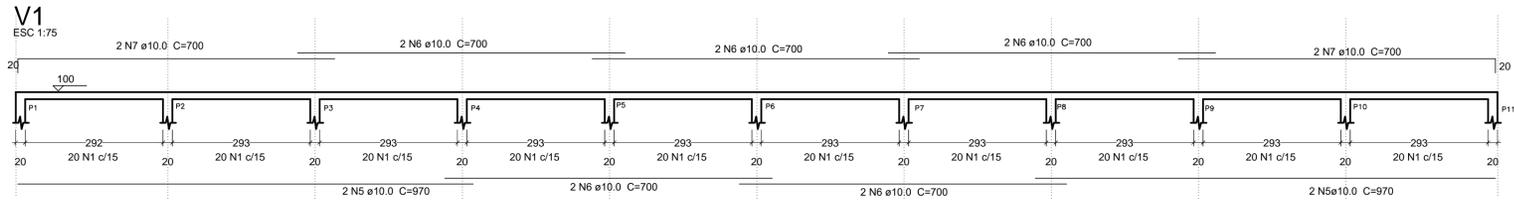
Endereço da Obra: Zona Rural, Jericó - PB



FORMA DO PAVIMENTO - NÍVEL 1.00
ESCALA 1/100



FACHADA - ESTRUTURA QUADRA DE ESPORTE
ESCALA 1/100

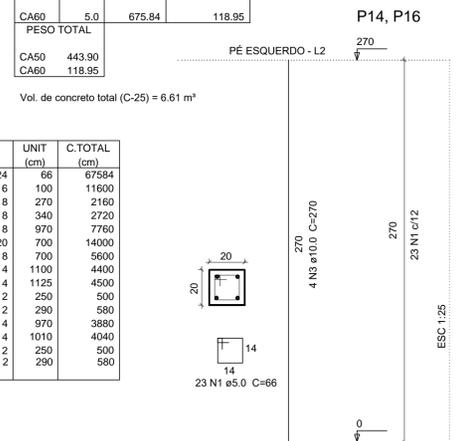


AÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	1024	66	67584
CA50	2	10.0	116	100	11600
	3	10.0	8	270	2160
	4	12.5	8	340	2720
	5	10.0	8	970	7760
	6	10.0	20	700	14000
	7	10.0	8	700	5600
	8	10.0	4	1100	4400
	9	10.0	4	1125	4500
	10	10.0	2	250	500
	11	10.0	2	290	580
	12	10.0	4	970	3880
	13	10.0	4	1010	4040
	14	12.5	2	250	500
	15	12.5	2	290	580

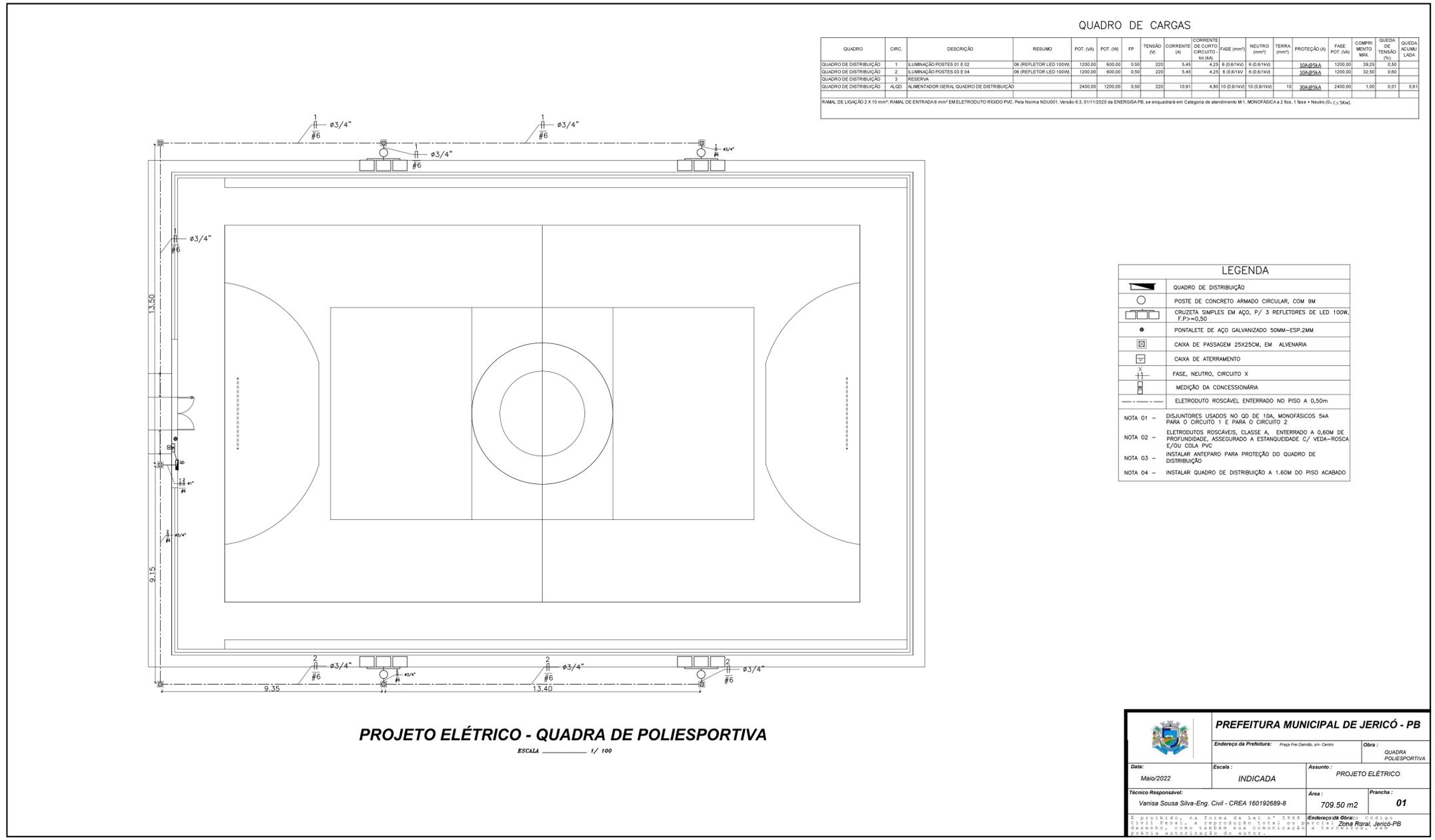
Resumo do aço

AÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO + 10% (kg)
CA50	10.0	590.20	402.50
	12.5	38.00	41.40
CA60	5.0	675.84	118.95
PESO TOTAL			
CA50		443.90	
CA60		118.95	

Vol. de concreto total (C-25) = 6.61 m³



PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ - PB			
Endereço da Prefeitura: Praça Frei Damásio, s/n - Centro		Obra: QUADRA POLIESPORTIVA	
Data: Maio/2022	Escala: INDICADA	Assunto: PROJETO ESTRUTURAL	
Técnico Responsável: Vanusa Sousa Silva-Eng. Civil - CREA 160192689-8		Área: 709.50 m²	Prancha: 02



QUADRO DE CARGAS

QUADRO	CIRC.	DESCRIÇÃO	RESUMO	POT. (VA)	POT. (VA)	FP	TENSÃO (V)	CORRENTE (A)	CORRENTE DE CIRCUITO (A)	FASE (mm²)	NEUTRO (mm²)	TERRA (mm²)	PROTEÇÃO (VA)	FASE POT. (VA)	COMPRI-MENTO (m)	QUEDA DE TENSÃO (%)	QUEDA ACUMULADA
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	1	ILUMINAÇÃO POSTES 01 E 02	06 (REFLETOR LED 100W)	1200,00	600,00	0,50	220	5,45	4,25	6 (0,61xV)	6 (0,61xV)		100@S/A	1200,00	39,25	0,50	
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	2	ILUMINAÇÃO POSTES 03 E 04	06 (REFLETOR LED 100W)	1200,00	600,00	0,50	220	5,45	4,25	6 (0,61xV)	6 (0,61xV)		100@S/A	1200,00	32,50	0,60	
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	3	RESERVA															
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	ALOD	ALIMENTADOR GERAL QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO		2400,00	1200,00	0,50	220	10,91	4,80	10 (0,61xV)	10 (0,61xV)	10	100@S/A	2400,00	1,00	0,01	0,61

RAMAL DE LIGAÇÃO 2 X 10 mm²; RAMAL DE ENTRADA 6 mm² EM ELETRODUTO RÍGIDO PVC, Pela Norma NDL001, Versão 8.3, 01/11/2020 da EMERGISA PB, se enquadrará em Categoria de atendimento M1, MONOFÁSICA e 2 Fás. 1 fase + Neutro (0,1 x S_{VA}).

LEGENDA

	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO
	POSTE DE CONCRETO ARMADO CIRCULAR, COM 9M
	CRUZETA SIMPLES EM AÇO, P/ 3 REFLETORES DE LED 100W, F.P.>=0,50
	PONTALETE DE AÇO GALVANIZADO 50MM-ESP.2MM
	CAIXA DE PASSAGEM 25X25CM, EM ALVENARIA
	CAIXA DE ATERRAMENTO
	FASE, NEUTRO, CIRCUITO X
	MEDIDA DA CONCESSIONÁRIA
	ELETRODUTO ROSCÁVEL ENTERRADO NO PISO A 0,50m

NOTA 01 - DISJUNTORES USADOS NO QD DE 10A, MONOFÁSICOS SKA PARA O CIRCUITO 1 E PARA O CIRCUITO 2
 NOTA 02 - ELETRODUTOS ROSCÁVEIS, CLASSE A, ENTERRADO A 0,60M DE PROFUNDIDADE, ASSEGUROADO A ESTANQUEIDADE C/ VEDA-ROSCA E/OU COLA PVC
 NOTA 03 - INSTALAR ANTEPARO PARA PROTEÇÃO DO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO
 NOTA 04 - INSTALAR QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO A 1,60M DO PISO ACABADO

PROJETO ELÉTRICO - QUADRA DE POLIESPORTIVA
 ESCALA 1/100

		PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ - PB	
Endereço da Prefeitura: Praça Frei Damião, s/n - Centro		Obra: QUADRA POLIESPORTIVA	
Data: Maio/2022	Escala: INDICADA	Assunto: PROJETO ELÉTRICO	
Técnico Responsável: Vanisa Sousa Silva-Eng. Civil - CREA 160192689-8		Área: 709,50 m2	Prancha: 01
É proibido, na forma da Lei nº 5988/2006, a reprodução total ou parcial, sem o consentimento do autor, desta obra.		Endereço da Obra: Zona Rural, Jericó-PB	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES
QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA

Maio de 2022



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

1. GENERALIDADES:

As presentes especificações técnicas têm por objetivo estatuir as condições que presidirão ao desenvolvimento das obras e serviços relativos à construção de quadra poliesportiva na zona rural do município de Jericó-PB, e fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital Instruções de concorrência ou contrato.

2. DESCRIÇÃO:

2.1- Especificações Técnicas Gerais - Compreendendo as características básicas de materiais e equipamentos de emprego previsível nas execuções das obras, bem como normas de execução de cada tipo de serviço.

2.2 – Especificações de Materiais: contendo Indicações dos locais de aplicação de cada um dos tipos de serviços constantes das especificações técnicas.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1-Para a fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a contratada deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obrigar-se a prestar toda a assistência técnica e administrativa, com a finalidade de Imprimir aos trabalhos o ritmo

necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

3.2- Para as obras e serviços, a CONTRATADA, fornecerá e conservará no canteiro

de obras, os equipamentos mecânicos e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, todos os materiais necessários e mão-de-obra adequada a natureza dos serviços de modo a assegurar a formação de equipes homogêneas e idôneas, compostas de número suficiente de operários, mestres e encarregados, assegurando, assim, o progresso satisfatória da obra.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

3.3- À CONTRATADA, caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgotos, etc, bem como, o transporte dentro e fora do canteiro de serviços.

3.4- Além dos serviços específicos para a construção, a CONTRATADA responsabilizar-se, pelas ligações definitivas de instalações de luz e força, garantindo assim a entrada em funcionamento do prédio, imediatamente após o recebimento provisório das obras.

3.4.1- Para tanto, a CONTRATADA deverá providenciar em tempo hábil, todos os serviços necessários à ligação definitiva acima referida.

3.4.2- Fica excluída de responsabilidade da CONTRATADA, o serviço de extensão de rede (energia elétrica), o qual estará a cargo do órgão competente e da concessionárias.

3.5- Além do que foi previsto nos itens anteriores, caberá à CONTRATADA, proceder a instalação da obra dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósitos de materiais, escritórios e sanitários, manter o canteiro de serviços sempre organizado e limpo, e prestar, através de guardas na obra, um perfeito serviço de vigilância. Será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer negligência no serviço de guarda na obra.

3.5.1- Os guardas da obra deverão ser mantidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a contratante, até que a ligação definitiva (luz) esteja efetuada, devidamente testada e aceita.

3.6- No escritório da obra, deverá ser mantido pela CONTRATADA um Livro de ocorrência fornecido pela contratada, onde a FISCALIZAÇÃO e a contratada farão anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, início e término de cada etapa da obra, etc.

3.7- Além da placa da CONTRATADA, exigida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a contratada deverá colocar, em lugar visível, quando da instalação do canteiro, a placa de serviços segundo modelo da Prefeitura.

3.8- A CONTRATADA será responsável pela aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, bem como pela expedição do respectivo Alvará de construção, nos locais onde a legislação municipal o exija.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

4- RECEBIMENTO DAS OBRAS:

4.1-Quando toda a obra e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos e realizadas todas as medições, será lavrado um termo de recebimento provisório assinado pelos representantes credenciados e pela Secretaria de Obras da Prefeitura.

4.2-O termo de recebimento definitivo será lavrado 60 dias após o tempo provisório e se tiverem sido atendidas as reclamações da Prefeitura, caso existam, referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificados em qualquer elemento das obras e serviços executados. Este tempo de recebimento definitivo deverá conter declaração formal de que o prazo mencionado no artigo 1.245 do código Civil, será contado em qualquer hipótese, a partir da data desse mesmo termo.

5. SUB-EMPREITADA:

A CONTRATADA, não poderá sub-empregar as obras e serviços no seu todo, podendo contudo, fazê-lo parcialmente, para cada serviço, a critério da CONTRATANTE mantida, porém a sua responsabilidade.

6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

6.1- O projeto prevê a construção em estrutura de concreto armado e alvenaria e deverá ser executado de acordo com as especificações que se seguem dentro das normas da construção e obedecendo aos desenhos e detalhes dos projetos arquitetônico, elétrico, estrutural, fornecidos pela Prefeitura, obedecidos as presentes especificações, as quais prevalecem sobre os detalhes de desenho do projeto.

6.2-Os serviços não aprovados ou que se apresentarem defeituosos em sua execução serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da contratada.

6.3-Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgadas inadequadas serão removidos do canteiro de serviços dentro de quarenta e oito horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

6.4- As obras serão contratadas pela Prefeitura Municipal de Jericó-PB, a qual será responsável pela sua fiscalização.

6.5- Cabe a Fiscalização da Prefeitura a verificação de andamento da obra de acordo com cronograma físico - financeiro elaborar o calendário de visitas e relatórios



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

mensais que serão encaminhados a Prefeitura, juntamente com as medições e faturas dos serviços executados para seu respectivo pagamento.

6.6-O responsável pela fiscalização respeitará rigorosamente o projeto e suas especificações sendo a Prefeitura, previamente consultada para toda e qualquer modificação.

7.INSTALAÇÃO DA OBRA;

7.1-Ficarão a cargo exclusivo da contratada todas as providências e despesas correspondentes às instalações provisórias da Obra, compreendendo ao aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados bem como andaimes, tapumes, cercas, instalações provisórias de sanitários, luz, força, água etc.

7.2-A obra terá obrigatoriamente betoneira. As demais aparelhagem necessárias ficarão a critério da CONTRATADA.

8- LIMPEZA DO TERRENO:

O Empreiteiro procederá a limpeza do terreno destinado a construção removendo qualquer detrito nele existente, inclusive deslocamento. Outrossim providenciará a retirada periódica de entulho que se acumula no recinto dos trabalhos durante o encaminhamento da obra.

9. MOVIMENTO DE TERRA:

9.1- Será feito o movimento de terra necessário para se obter um perfil de superfície adequada à execução da obra, que permita fácil escoamento das águas superficiais.

9.2- O aterro que se fizer necessário, para base do concreto simples, será executado com material escolhido(arenoso), em camadas de 20cm de altura, molhadas e fortemente compactadas.

9.3-É de responsabilidade da contratada todas as despesas com os transportes dos materiais quer de fora para a obra, quer de excessos resultantes de escavações, seja qual for a distância e o volume considerado, bem como o tipo de veículo utilizado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

10- LOCAÇÃO DA OBRA:

10.1-Feita a limpeza do terreno, será procedida pela construtora a locação da obra, que deve obedecer às indicações do projeto específico. A Firma será responsável por qualquer erro de alinhamento e/ou nivelamento.

10.2-A locação deverá ser global, sobre quadros de madeira que envolve todo o perímetro da obra. Os quadros, em tábuas ou sarrafos, devem ser perfeitamente nivelados e fixados de tal modo que resistam às tensões dos fios de marcação sem oscilação e sem possibilidade de fuga da posição correta.

10.3- A locação se fará sempre pelos eixos dos elementos construtivos(pilares, paredes, etc) com marcação nas tábuas ou sarrafos dos quadros, por meio de cortes da madeira e pregos.

10.4-A Contratada é responsável por qualquer erro de alinhamento, de nivelamento ou de esquadro que venha a ser constatado pela Fiscalização, hipótese em que deverá desfazer e refazer os serviços.

10.5-A Contratada comunicará a fiscalização, a conclusão dos trabalhos de locação. O Fiscal da obra procederá imediatamente as verificações e aferições que julgar oportunas após o que dará por aprovada a locação, o que fará no livro de ocorrências.

11-FUNDAÇÕES:

11.1-As fundações serão executadas de acordo com o respectivo projeto estrutural. Deverá satisfazer as normas da ABNT, em especial a NB51.

11.2-Compete a CONTRATADA julgar a conveniência de obter, a sua custa, informações suplementares sobre as condições do solo, de vez que assumirá inteira responsabilidade pela estabilidade da fundações que construir.

11.3-Para execução das fundações será observado o seguinte:

11.3.1- O LASTRO será executado em concreto magro com 5 cm. de espessura bem apiloado.

11.3.2 – Em cima dos lastros serão executadas as fundações em concreto armado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

12-EXECUÇÃO DE CONCRETO ARMADO:

12.1- A execução da estrutura deverá seguir rigorosamente o projeto estrutural, atender ao disposto nas Normas Brasileiras em vigor, em particular a P-NB-140, no seu item referente a Estrutura.

12.2- Dosagem de concreto.

a) O concreto deverá ser dosado racionalmente de modo a assegurar, após a cura, a resistência indicada no projeto estrutural. Levando-se em consideração o item 92 da NB-1 padrão de qualidade da obra.

b) A resistência padrão deverá ser a de ruptura dos corpos de provas de concreto simples aos 28 dias de idade, executados e ensaiados de acordo com os métodos NB-3 da AB-3 da ABNT, em número nunca inferior a dois corpos de prova para cada 30 m³ de concreto lançado ou sempre que houver alterações nos materiais ou no traço. O cimento deverá ser sempre indicado em peso, não se permitindo seu emprego em fração de saco.

c) As padiolas de medição dos agregados, deverão ser marcadas distintamente para os agregados miúdos e graúdos. O fator água - cimento, deverá ser rigorosamente observado, com a correção da umidade de agregado.

12.3- Amassamento do Concreto.

a) O amassamento deverá ser mecânico e contínuo, e durar o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

b) Lançamento do Concreto:

b.1.O lançamento do Concreto deverá obedecer sempre ao plano de concretagem.

b.2.O concreto deverá ser lançado logo após o fim do amassamento. Entre este e o início do lançamento será tolerado intervalo máximo de 30 minutos.

b.3.O adensamento deverá ser efetuado durante e imediatamente após o lançamento de concreto, por vibrador adequado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

b.4.O adensamento deverá ser feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.

b.5.Deverão ser tomadas precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

c) Juntas de concretagem:

Quando o lançamento do concreto for interrompido e assim, formar-se uma junta de concretagem, devem ser tomadas as precauções necessárias para garantir, ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo trecho.

d) Cura.

d.1.Durante o prazo mínimo de sete dias, deverão as superfícies expostas, ser conservadas permanentemente úmidas.

d.2.No caso de calor excessivo ou chuvas intensas, as mesmas superfícies deverão ser convenientemente protegidas com a simples utilização da sacaria existente, ou outro processo adequado.

e) Formas: Na execução das formas deverá ser observado:

e.1.Reprodução fiel dos desenhos:

e.2.Nivelamento das vigas;

e.3.Vedação das formas;

e.4.Limpeza das formas.

A execução das formas e do escoramento deverá ser feita de modo a haver facilidade de retirada dos seus diversos elementos. Antes do lançamento do concreto, as formas deverão ser molhadas até a saturação.

OBERSVAÇÃO:

I- Não deverá ocorrer desforma, antes dos seguintes prazos mínimos (quatro) dias para as faces laterais: 14(quatorze) dias para as faces inferiores,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

deixando-se pontaletes bem apoiados sobre cunhas e convenientemente espaçados. 21(vinte e um) dias para as faces inferiores sem pontaletes.

II- Nenhum conjunto de elementos estruturais poderá ser concretado sem primordial e minuciosa verificação por parte do Construtor e da fiscalização, da perfeita disposição dimensões e escoramento das formas e armaduras correspondentes, e bem assim, sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa de concreto.

III- Depois de prontas as superfícies de concreto aparente serão limpas com palha de aço e, em seguida, acabadas de acordo com as especificações constantes do projeto arquitetônico.

f) Armadura:

f.1.Na execução das armaduras, deverá ser observado:

a)Dobramento das barras, de acordo com os desenhos;

b)Número de barras e suas bitolas;

c)Posição correta das barras;

d)Armação e reconhecimento.

13-REVESTIMENTO :

13.1-Argamassa:

Os revestimentos de argamassa deverão apresentar-se perfeitamente desempenados, aprumados, alinhados e nivelados. As superfícies deverão ser limpas e abundantemente molhadas, antes do início do revestimento. O revestimento de argamassa será constituído de uma camada continua e uniforme(massa única). A argamassa será aplicada sobre a superfície a revestir, previamente chapiscada.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

1. Chapisco:

Toda a superfície a ser revestida será chapiscada com argamassa de cimento e areia traço 1:3.

2. Reboco(massa única)

O reboco só será iniciado após a aplicação do chapisco cuja superfície deverá ser limpa e molhada suficientemente. O reboco será regularizado à régua e desempenadeira. Deverá apresentar aspecto uniforme com parâmetro perfeitamente plano, não sendo tolerada qualquer ondulação ou desigualdade de alinhamento de superfície. O reboco das paredes será de argamassa de cimento, cal e areia fina, traço 1:2:8.

14- PISOS:

14.1-Todos os pisos sobre aterro interno serão executados mediante o seguinte procedimento e seqüência;

a)Aterro em camadas sobrepostas de 20cm de espessura, abundantemente molhadas.

b)Abertura de valas para as canalizações passantes sob o piso

c)Colocação das canalizações, reaterro e compactação de valas com perfeita regularização e nivelamento da superfície compactada

d)Execução de piso da quadra em concreto armado, com a utilização de tela galvanizada.

e)Sobre o piso em concreto armado será executado o piso em granilite, com junta de dilatação.

14.2-As superfícies dos elementos de piso colocados deverão resultar perfeitamente planas sem ressaltos ou desníveis entre as peças, e sem vazios na argamassa de assentamento.

14.3-Será proibida qualquer circulação sobre os pisos, durante as primeiras 48 horas subseqüentes à execução.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

15-INSTALAÇÕES ELÉTRICAS :

A entrada de energia deverá ser aérea, em baixa tensão com medição instalada em caixa tipo “CN” padrão nacional, em mureta de alvenaria com disjuntores, conforme projeto específico. O ramal de ligação e ramal alimentador serão compostos de condutores antichama, com isolamento termoplástico para 750V, instalado em eletroduto de PVC rígido embutido na mureta ou no piso.

Todas as tubulações elétricas deverão ser embutidas em eletrodutos PVC rígido roscável, inclusive conexões, que atenda as normas da ABTN.

O quadro de distribuição de luz e força deverá ser em armário metálico com chave, próprio para embutir, confeccionado em chapa nº14USG, com tratamento anti-óxido e pintura em esmalte cor branca, guardando distâncias e acessos adequados entre barramentos, em dimensões adequadas contendo os disjuntores conforme projeto específico.

O quadro de distribuição geral deverá ser armário metálico(sem chave), confeccionado em chapa n.º 14USG, com tratamento anti-óxido e pintura em esmalte cor branca, guardando distâncias e acessos adequados entre barramentos em dimensões adequadas contendo os disjuntores conforme projeto específico.

Os fios e cabos deverão ser antichama, que atendam as normas da ABNT, sendo a identificação por cores da isolação seguindo rigorosamente a seguinte tabela:

FASES	Vermelho/Amarelo/Preto
NEUTRO	Azul
PROTEÇÃO(TERRA)	Verde

Todos os fios deverão ser gravados externamente na isolação, no mínimo com as seguintes informações: seção do condutor; nome do fabricante e tensão do isolamento.

16-DIVERSOS:

16.1-Pavimentação externa:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

16.1. Conforme indicação na planta, deverá ser executado calçada em torno do prédio em concreto desempenado à régua. Todos os pisos serão executados mediante o seguinte procedimento:

a) Aterro em camadas sobrepostos de 20cm de espessura abundantemente molhados.

b) Lançamento do sub-piso de concreto simples: traço 1:3.6 contendo diâmetro espessura mínima de 5cm.

c) Regularização de piso com argamassa de cimento + areia, traço 1:3 espessura mínima 2cm.

16.2- Demarcações:

Obedecendo as cores e desenhos oficiais constantes das regras para os esportes praticados nas quadras. As linhas demarcatórias serão em argamassa de alta resistência limitadas por juntas plásticas.

16.3- Equipamentos para as diversas Modalidades:

Poste para voleibol em tubo de ferro galvanizado de 2" tamanho oficial com buchas e cremalheira.

Rede para voleibol em nylon c/ 02(duas) lonas e malha 10 x 10 cm., tamanho oficial.

Trave para futebol de salão e handebol desmontáveis em tubo de ferro galvanizado com buchas tamanho oficial, inclusive rede de nylon fio número 4.

16.4- Recomendações Durante a Execução:

A concretagem de metade da quadra deverá ser feita no mínimo 24 horas antes da outra metade.

Intervalo de tempo entre a execução do acabamento com cura contínua durante no mínimo 72 horas.

Sobre as muretas de contorno da quadra serão instalados alambros metálicos, com 1.70m de altura.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IERICÓ

31. LIMPEZA GERAL:

A edificação será entregue completamente limpa. Pisos serão lavados, devendo, qualquer vestígio de tinta ou argamassa, desaparecer, deixando as superfícies completamente limpas e perfeitas, sob pena de serem substituídos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

MEMORIAL

O presente memorial tem por objetivo estabelecer critérios, definir tipos de materiais e descrever de forma clara os serviços a serem executados, bem como estabelecer normas para execução da obra de construção de quadra poliesportiva descoberta, na zona rural da cidade de Jericó, Paraíba. A obra será executada de acordo com o estabelecido neste memorial, e nas quantidades especificadas em planilha, salvo alterações da elaboração dos projetos executivos, devidamente aprovados pela PREFEITURA MUNICIPAL.

A quadra terá os seguintes acabamentos:

Piso interno – concreto armado com finalização em granilite.

Parede – Massa única, emassada e pintura

Passeio externo – Piso em concreto com revestimento em argamassa de cimento e areia desempenada..

Projetos

Todos os projetos necessários as execuções dos serviços serão fornecidas pela Prefeitura Municipal e quaisquer dúvidas posteriores deverão ser esclarecidas com a fiscalização.

Fonte dos Preços Utilizados

Para o orçamento do Projeto foi utilizado as Composições de Preço do SINAPI Paraíba, com data base de abril de 202, não desonerada, quando não existente na planilha do SINAPI foi adotado composições de custos de fontes confiáveis (ORSE, SEINFRA-CE) e substituídos os insumos pelos da tabela do SINAPI/PB sempre que possível.

BDI Utilizado

A composição de BDI está de acordo com Acórdão 2622/2013-TCU-PLENÁRIO, em anexo todos os valores adotados e o cálculo do mesmo.

O contratado deverá dar início aos serviços e obras dentro do prazo pré-estabelecido no contrato conforme a data da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com estas Especificações, os desenhos e demais elementos neles referidos.

Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

A CONTRATADA será responsável pelos danos causados a Prefeitura e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e omissão.

Será mantido pela CONTRATADA, perfeito e ininterrupto serviço de vigilância nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligência durante a execução das obras, até a entrega definitiva.

A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverá ser apropriada a cada serviço, a critério da Fiscalização e Supervisão.

A CONTRATADA tomará todas as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentações das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda a segurança de operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra.

Normas

São parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrição, todas as normas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Materiais

Todo material a ser empregado na obra será de primeira qualidade e suas especificações deverão ser respeitadas. Quaisquer modificações deverão ser autorizadas pela fiscalização.

Caso julgue necessário, a Fiscalização e Supervisão poderão solicitar a apresentação de certificados de ensaios relativos a materiais a serem utilizados e o fornecimento de amostras dos mesmos.

Os materiais adquiridos deverão ser estocados de forma a assegurar a conservação de suas características e qualidades para emprego nas obras, bem como a facilitar sua inspeção. Quando se fizer necessário, os materiais serão estocados sobre plataformas de superfícies limpas e adequadas para tal fim, ou ainda em depósitos resguardados das intempéries.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

De um modo geral, serão válidas todas as instruções, especificações e normas oficiais no que se refere à recepção, transporte, manipulação, emprego e estocagem dos materiais a serem utilizados nas diferentes obras.

Todos os materiais, salvo disposto em contrário nas Especificações Técnicas, serão fornecidos pela CONTRATADA.

Mão de Obra

A CONTRATADA manterá na obra engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidade suficiente para a execução dos trabalhos.

Todo pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhes forem atribuídos.

Qualquer empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratada que, na opinião da Fiscalização, não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos, deverá, mediante solicitação por escrito da Fiscalização, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

Assistência Técnica e Administrativa

Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, o Contratado se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária ao andamento conveniente dos trabalhos.

Despesas Indiretas e Encargos Sociais

Ficará a cargo da contratada, para execução dos serviços toda a despesa referente à mão-de-obra, material, transporte, leis sociais, licenças, enfim multas e taxas de quaisquer natureza que incidam sobre a obra.

A obra deverá ser registrada obrigatoriamente no CREA-PB em até cinco (05) dias úteis a partir da expedição da ordem de serviço pela Prefeitura Municipal devendo ser apresentadas a Prefeitura cópias da ART, devidamente protocolada no CREA-PB e Comprovante de Pagamento da mesma.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Condições de Trabalho e Segurança da Obra

Caberá ao construtor o cumprimento das disposições no tocante ao emprego de equipamentos de “segurança” dos operários e sistemas de proteção das máquinas instaladas no canteiro de obras. Deverão ser utilizados capacetes, cintos de segurança luvas, máscaras, etc., quando necessários, como elementos de proteção dos operários. As máquinas deverão conter dispositivos de proteção tais como: chaves apropriadas, disjuntores, fusíveis, etc.

Deverá ainda, ser atentado para tudo o que reza as normas de regulamentação “NR-18” da Legislação, em vigor, condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil.

Em caso de acidentes no canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá:

- a) Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- b) Paralisar imediatamente as obras nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente; e
- c) Solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

A CONTRATADA deverá manter livre o acesso aos equipamentos contra incêndios e os registros de água situados no canteiro, a fim de poder combater eficientemente o fogo na eventualidade de incêndio, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie de madeira ou de outro material inflamável no local da obra.

No canteiro de trabalho, a CONTRATADA deverá manter diariamente, durante as 24 horas, um sistema eficiente de vigilância efetuado por número apropriado de homens idôneos, devidamente habilitados e uniformizados, munidos de apitos, e eventualmente de armas, com respectivo “porte” concedido pelas autoridades policiais.

VANISA SOUSA
SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07
13:57:59 -03'00'

Assinado de forma
digital por VANISA
SOUSA

SILVA:88453626472
Dados: 2023.03.07
13:57:59 -03'00'

Vanisa Sousa Silva

VANISA SOUSA SILVA
ENG. CIVIL - CREA 6436-D/PB
Registro Nacional 160192689-8
CPF 884.536.264-72